



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 183 - Outubro 2012

NOSSA OPINIÃO

- **Soberania alimentar, florestas e biodiversidade**

MERCADOS FINANCEIROS SE INFILTRAM NA CDB

- **Convenção sobre a Diversidade Biológica: apostando nos mercados financeiros**
O Plano Estratégico para a Biodiversidade resultante da COP 11 abre caminho a instrumentos de mercado que aprofundam a privatização e a mercantilização dos bens comuns que ainda restam.
- **Via Campesina na CDB: “manter a biodiversidade pública”**
A verdadeira solução para a perda de biodiversidade é manter a biodiversidade pública, nas mãos dos agricultores, pescadores, pastores, povos indígenas, e aberta à utilização por todas as pessoas.
- **Angariando apoio na CDB para comunidades que habitam as florestas da Índia**
Uma ação exigindo a implementação plena da Lei dos Direitos Florestais

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Brasil: a continuada destruição das florestas e da biodiversidade no estado de Acre, considerado modelo de “Economia Verde” na Amazônia brasileira**
O Acre costuma ser apresentado ao mundo como “modelo da economia verde”. Mas atrás dessa imagem, encontra-se uma destruição oculta, baseada na exploração madeireira “sustentável” e no comércio de “serviços ambientais”, aumentando o lucro de agentes privados, enquanto o povo pouco se beneficia, além de sofrer restrições no uso da floresta.
- **São Tomé e Príncipe: biodiversidade ameaçada pelas plantações de dendê**
Em uma área de floresta muito diversificada, 5.000 hectares foram dados em concessão para estabelecer plantações de dendezeiros em grande escala.
- **Retirada industrial de madeira não pode ser sustentável**
A retirada industrial de madeira de florestas tropicais primárias de forma sustentável e lucrativa não é possível, afirma um novo estudo publicado na Bioscience.

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Camarões: grandes impactos do agronegócio de dendê sobre a soberania alimentar e os meios de subsistência**

A empresa norte-americana Herakles Farms/SGSOC recebeu mais de 70.000 hectares para plantar dendzeiros em uma área biodiversa que seria desmatada, dando lugar a plantações industriais. Comunidades de pequenos agricultores rejeitam fortemente o projeto que os deixaria sem a terra que é a base de seu sustento.

- **Indonésia: agricultores lutam contra plantações industriais de dendê e acácia, em defesa de sua terra e sua soberania alimentar**

A história de duas comunidades que lutam contra plantações industriais de árvores na Província de Jambi: no distrito de Geragait, plantações de acácia da PT WKS encontram oposição de comunidades locais, enquanto os agricultores que cultivam arroz da aldeia de Mersam enfrentam o plano da PT ACI de estabelecer ali uma plantação de dendê.

- **Portugal: abaixo-assinado contra a “eucaliptização” do território**

O governo pretende derrubar a regulamentação das arborizações, permitindo que não existam condições ao estabelecimento de plantações de eucalipto.

POVOS EM AÇÃO

- **Indonésia: agricultores protestam contra a expulsão causada por uma conversão de dívida por natureza (DNS)**
- **Brasil: apoie a causa indígena**
- **Indonésia: vitória jurídica contra empresa de dendê**
- **Birmânia/Mianmar: carta de solidariedade global contra a concentração de terras**

RECOMENDADOS

- **Brasil: vídeo-documentário de denúncia sobre FSC: Sustentável no Papel**
- **Moção sobre sítios naturais sagrados**

NOSSA OPINIÃO

– Soberania alimentar, florestas e biodiversidade

Ao mesmo tempo em que ocorreu na Índia, neste mês de outubro, mais uma conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, celebramos também, no dia 16 de outubro, o Dia Internacional de Luta pela Soberania Alimentar.

Para os povos camponeses, indígenas e tradicionais que vivem em florestas e outros biomas e deles dependem, a biodiversidade está intrinsicamente ligada à soberania alimentar e, de forma mais ampla, a sua autonomia e liberdade. Por exemplo, a diversidade de sementes tradicionais com as quais praticam a agricultura em pequena escala tem garantido a esses povos uma parte fundamental da sua sobrevivência, de geração em geração. E o acesso às florestas e à diversidade de alimentos contida nelas também são fundamentais para sua soberania alimentar.

É preciso denunciar a verdadeira “guerra”, travada em muitos países com florestas tropicais contra as práticas de agricultura dos povos da floresta, sobretudo a de abrir pequenas roças nas áreas florestais para cultivar, por exemplo, o arroz nas regiões montanhosas, uma prática comum em muitos países da Ásia.

Governos e organismos internacionais têm apontado essa prática como uma das principais causas de desmatamento e, por isso, acham que ela precisa ser combatida a ferro e fogo. Ora, já há diversos estudos disponíveis que combatem essa tese e mostram que se trata de uma atividade sustentável. Além disso, extingui-la levaria as comunidades que a praticam a uma situação de fome, inviabilizando todo um modo de vida.

Chama a atenção que os mesmos governos que combatem essa prática não predadora continuem emitindo concessões de uso de áreas florestais, totalizando milhões de hectares em países como Indonésia, a empresas de plantações de acácia e dendezeiro e a mineradoras, para citar apenas algumas das mais importantes, para que destruam a floresta e a biodiversidade em busca do lucro fácil e rápido. Esse tipo de destruição, apesar das inúmeras denúncias de comunidades e organizações locais, pouco ou nada se combate.

Hoje em dia, as corporações destruidoras - incluindo os bancos de financiamento e governos que apoiam esses projetos - defendem, seguindo a lógica da “economia verde”, que a destruição causada por suas atividades para obter lucro possa ser “compensada”, já que elas estariam “protegendo” florestas em outros lugares. No entanto, o que para eles significa “proteger” acaba sendo mais uma ameaça para as comunidades que têm seu modo de vida nessas áreas de floresta, onde praticam sua agricultura itinerante e garantem sua soberania alimentar. “Economia Verde” para essas comunidades significa, portanto, nenhuma “proteção”; ao contrário, representa ainda mais pressão e restrições e muitas vezes, leva a sua expulsão. Além do mais, a destruição em um lugar não pode ser simplesmente “compensada” em outro.

Os governos que promovem as concessões florestais a empresas privadas e que também promovem os projetos de REDD para conservar florestas geralmente afirmam que, com isso, estão promovendo o “desenvolvimento”. No entanto, esses projetos tendem a aumentar a desigualdade e a fome. Os poucos empregos nas empresas de plantações e mineradoras, ou nos projetos de REDD, não compensam nem um pouco as perdas que as comunidades sofrem, como já escutamos inúmeras vezes de representantes dessas comunidades nas nossas visitas a campo. Aumenta o controle do capital sobre a natureza, as florestas e a biodiversidade, enquanto se reduz ou se perde por completo o controle sobre o território por parte das comunidades, além delas perderem todo um modo de vida.

Esperamos que a luta pela soberania alimentar se fortaleça cada vez mais. É importante que ela esteja articulada com a luta pela permanência das comunidades nas áreas de florestas com a garantia de uso e controle sobre suas terras, as florestas e a biodiversidade, podendo praticar suas formas de agricultura que ajudem manter a biodiversidade e alimentar o povo.

MERCADOS FINANCEIROS SE INFILTRAM NA CDB

- Convenção sobre a Diversidade Biológica: apostando nos mercados financeiros



De 8 a 19 de outubro, aconteceu em Hyderabad, Índia, a 11ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Entre seus temas estava a busca de meios para concretizar os Objetivos de Aichi e do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Distribuição de Benefícios, adotados em 2010 na COP 10 – que constituíram as novas diretrizes para orientar os países sobre as medidas a tomar com vistas a deter a perda de diversidade biológica até 2020, já que a meta para 2010 havia fracassado. (1)

Levantou-se a necessidade de estabelecer indicadores internacionais de cumprimento das metas e criar capacidade de aplicação das diretrizes e de outros mecanismos semelhantes, principalmente para países do Sul global. Mas o que várias organizações ecologistas denunciam por suas graves repercussões é a aprovação de um Plano Estratégico para a Diversidade Biológica revisado e atualizado (<http://www.cbd.int/sp/>), resultante das negociações. Esse acordo, que constituirá o marco global em matéria de diversidade biológica para todo o sistema das Nações Unidas, aponta a necessidade de contar com novos recursos financeiros como elemento central na proteção da biodiversidade. Fala-se de estudar “mecanismos financeiros inovadores”.

Com um critério neoliberal, considera-se que o dinheiro é o mecanismo mais importante para conservar os recursos biológicos e, usando esse mesmo enfoque, toma-se o dinheiro como meio para avaliar os aspectos ambientais de importância. Isso tem várias implicações, que a Aliança CDB (2) vem estudando e divulgando em documentos elaborados para a Cúpula de Nagoya 2010 e para a recente cúpula de Hyderabad. Entre os mecanismos financeiros, conceberam-se figuras como o pagamento por serviços ambientais, um mecanismo de desenvolvimento verde, compensações de biodiversidade. Também já se avançou nas tentativas de atribuir um valor monetário aos serviços dos ecossistemas, como é o caso da “Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade” (TEEB, na sigla em inglês; ver boletins 175, 176, 181 do WRM), uma proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Nos relatórios da Aliança CDB, adverte-se sobre a dificuldade de se atribuir um valor financeiro à biodiversidade com o objetivo de comercializá-la, bem como a ideia, vinculada a isso, de que uma espécie ou uma zona de alta diversidade biológica possa ser equivalente a outra do ponto de vista monetário. Também há consequências para os direitos sobre a terra e um risco de priorizar o “serviço” de um ecossistema sobre outro, em função da rentabilidade (3). Na realidade, para proteger a biodiversidade, o que importa não é tanto a quantidade de recursos financeiros, e sim a qualidade e a direção dos mesmos.

Em um relatório elaborado como aporte para a Aliança CDB, que aprofunda a discussão sobre os mecanismos financeiros para a biodiversidade (4), os autores citam a IUCN ao apontar que há um grande fundo potencial nos milhões vinculados a subvenções nocivas ao meio ambiente, tais como políticas fiscais que apoiam práticas agrícolas que destroem florestas e esgotam os estoques de água.

Basicamente – e seguindo uma tendência que aponta à retirada de poderes de governo e decisão de governos e comunidades – a introdução de mecanismos financeiros inovadores para a proteção da biodiversidade possibilita a criação de instrumentos de mercado que aprofundam a privatização e a mercantilização dos bens que ainda continuam sendo de uso comum. Podem ser novas oportunidades de lucro para as empresas e inclusive para os capitais especulativos, mas são falsas soluções para a perda da biodiversidade, pois não abordam as verdadeiras causas do problema, que são os sistemas destrutivos de produção, comercialização e consumo. Além disso, o Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020 também abre espaço à especulação financeira, que em sua expansão, procura chegar a todos os espaços possíveis que antes estavam fora do mercado.

No entanto, podemos identificar algumas recomendações positivas. A Biofuelwatch e a Global Forest Coalition comentam favoravelmente (5) o fato de que a COP 11 tenha reconhecido a recomendação do SBSTTA de revisar e, quando for necessário, remover, subsídios e outros incentivos aos biocombustíveis e outros setores econômicos que ameaçam a biodiversidade. Isso significa um reconhecimento de que os subsídios e outros incentivos aos biocombustíveis podem ser agentes importantes de expansão das monoculturas industriais com esse fim.

Por sua vez, espera-se que, como disse Helena Paul, da Econexus, essas recomendações incentivem a UE a abolir todo o apoio à energia com base em biomassa industrial e em grande escala.

Alguns países expressaram a necessidade de mudar os modelos de produção. Conforme relatado pela organização brasileira Terra de Direitos, a Bolívia denunciou que os mecanismos financeiros para a conservação da biodiversidade, tais como a REDD+, nada mais são do que políticas neocolonialistas que não buscam realmente proteger o meio ambiente, pois mantêm inalterado o modelo de produção do Norte global, que tanto dano causou ao meio ambiente e as comunidades do Sul. (6)

Fontes de informações do artigo:

(1) Para um resumo dos objetivos de Aichi, ver “Guía de la biodiversidad. Las metas de Aichi para periodistas y otras especies en extinción”, Ecologistas en Acción, http://www.ecologistasenaccion.org/IMG/pdf/guia_de_la_biodiversidad.pdf

(2) A Aliança da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD Alliance) é uma rede de ativistas e representantes de ONGs, OBs, movimentos sociais e organizações de povos indígenas que defendem uma participação melhor e mais informada nos processos da CDB. Para mais informações, consulte www.cbdalliance.org.

(3) Documentos da Aliança CDB: “Resource Mobilisation (implementation of the strategy) and Financial mechanism”, em <http://www.cbdalliance.org/storage/sbstta->

[wgr/cbda_briefing_wgri4_finances.pdf](#); “Finanzas, Instrumentos Económicos y Biodiversidad”, em http://www.wrm.org.uy/actores/CBD/COP10/Informativo2_LosTop10paralaCOP10.pdf; Informes para la COP11, em <http://www.cbdalliance.org/cop11-briefing-notes/>

(4) “Civil society views on Scaling Up Biodiversity Finance, Resource Mobilization and Innovative Financial Mechanisms.” Produzido por Simone Lovera e Rashed Al Mahmud Titimur para a Aliança CDB, <http://www.cbdalliance.org/stora/ifm/CBD%20Alliance%20Civil%20society%20views%20on%20Scaling%20Up%20Biodiversity%20Finance.pdf>

(5) “Forest Groups Welcome Global Biodiversity Conference Call to Review Biofuel Subsidies and Incentives”, 19 de outubro de 2012, <http://globalforestcoalition.org/2474-forest-groups-welcome-global-biodiversity-conference-call-to-review-biofuel-subsidies-and-incentives#more-2474>

(6) “11ª COP da Convenção sobre Diversidade Biológica: dos debates para a ação concreta?”, Larissa Packer e Fernando Prioste, Terra de Direitos, <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/11%C2%AA-cop-da-convencao-sobre-diversidade-biologica-dos-debates-para-a-acao-concreta-2/>

[Início](#)

- Via Campesina na CDB: “manter a biodiversidade pública”



A Via Campesina, movimento global de camponeses, tem assistido às discussões da CDB e, em uma nota à imprensa, afirmou que “em vez de proteger a biodiversidade, as discussões da CDB estão gradualmente degenerando para permitir sua privatização e sua comercialização rápidas. A tentativa é tirar a biodiversidade das mãos de agricultores, pescadores, povos indígenas, que a nutrem e a protegem, e deixá-la cair nas mãos de empresas em busca de lucro, que tentam controlá-la para fins comerciais.”

A organização advertiu que “a CBD também está discutindo tecnologias arriscadas, não testadas e não debatidas, como novos tipos de biologia sintética, culturas transgênicas e geoengenharia.”

A solução real, diz a Via, “é manter pública a biodiversidade, nas mãos de agricultores, pescadores, pastores, povos indígenas, aberta à utilização por parte de todas as pessoas para a produção de alimentos e a sobrevivência humana. É sabido que agricultores, pescadores e pastores têm desenvolvido e renovado a biodiversidade ao longo de milênios, e seu conhecimento e sua experiência são fundamentais para a conservação dessa biodiversidade.”

A Via Campesina instou a conferência da CDB a agir imediatamente e a se envolver nas seguintes medidas:

1. Proibir a introdução e o cultivo de sementes transgênicas.

2. Eliminar o uso de pesticidas químicos.
3. Passar do uso de fertilizantes sintéticos para a utilização de métodos da agroecologia, usando mais matéria orgânica no solo e aumentando sua população de microrganismos.
4. Rejeitar a proposta da Economia Verde, de dar preço à natureza e a suas funções.
5. Afirmar e manter a moratória sobre a tecnologia *terminator* e a moratória sobre a geoengenharia.
6. Impor urgentemente uma moratória à biologia sintética.

Veja a nota à imprensa completa da Via Campesina em <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/biodiversity-and-genetic-resources-mainmenu-37/1308-convention-on-biological-diversity-farmers-demand-an-end-to-the-commercialization-of-biodiveristy-gm-seeds-and-synthetic-biology>

Início

- Angariando apoio na CDB para comunidades que habitam as florestas da Índia



Em 2006, o Parlamento indiano promulgou a Lei de Proteção a Populações Tribais e Outros Habitantes Tradicionais das Florestas (Reconhecimento de Direitos Florestais) popularmente conhecida como Lei dos Direitos da Floresta (LDF). A legislação florestal tentou restaurar e reconhecer os direitos das comunidades sobre suas florestas, especialmente os direitos sobre seus recursos comuns. Pela primeira vez na história das florestas indianas, o estado formalmente admite que direitos foram negados a povos que vivem nas florestas há muito tempo (Veja o Boletim 115 do WRM).

No entanto, a lei não está sendo implementada segundo seu espírito. Milhões de reivindicações estão sendo rejeitadas sem citar qualquer motivo, e as comunidades florestais estão sendo violentamente expulsas e transferidas para fora das Áreas Protegidas em nome da preservação da vida selvagem e das reservas de tigres, em completa violação da LDF e de Protocolos Internacionais acordados.

Enquanto isso está sendo feito, permite-se o turismo com base no mercado de forma não regulamentada, citando a preservação como desculpa, e um grande número de comunidades florestais está sendo expulso de suas terras, que são tomadas à força por projetos de desenvolvimento sem o seu consentimento, como mineração, megabarragens, usinas termoelétricas.

Reunindo o apoio de ONGs internacionais, grupos comunitários e membros de

movimentos sociais da Aliança CBD, as comunidades florestais da Índia enviaram uma carta ao primeiro-ministro do país, exigindo a plena implementação da LDF e o fim da transferência ilegal das comunidades florestais das áreas protegidas.

Início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: a continuada destruição das florestas e da biodiversidade no estado de Acre, considerado modelo de “Economia Verde” na Amazônia brasileira



Nas duas últimas décadas, a região da América Latina e Caribe perdeu 9% da sua cobertura florestal, sobretudo em função da exploração madeireira, expansão do agronegócio, grandes projetos de infraestrutura como estradas, hidrelétricas, mineração, extração de petróleo, urbanização, além dos incêndios florestais e da conversão de florestas decorrentes, em sua maior parte, das causas citadas.

Agentes privados, nacionais e estrangeiros, juntamente com os Estados nacionais, têm intensificado a exploração das florestas, buscando melhorar a infraestrutura através do plano IIRSA (Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana) e, dessa forma, facilitar a exportação das matérias primas para os grandes centros de consumo no hemisfério Norte e, de forma crescente, para outras economias que se inseriram neste modelo, como a China.

Para “mitigar” os efeitos dessa marcha destrutiva subjacente ao processo de acumulação incessante do capital, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), em consonância com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e a OIMT (Organização Internacional de Madeiras Tropicais), apontou, em um relatório de 2011, a “economia verde” como salvação.

Segundo a OIMT, em relação às florestas tropicais, as áreas sob o chamado “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) têm aumentado, alcançando 53 milhões de hectares no mundo hoje, enquanto as áreas para exploração madeireira com algum tipo de manejo florestal alcançaram 131 milhões de hectares. Ao todo, são 184 milhões de hectares, ou seja, 24% do total de 403 milhões de hectares das chamadas “florestas tropicais de produção” no mundo estão sob manejo florestal. Os 358 milhões de hectares de florestas restantes são aquelas áreas de floresta tropical que desfrutam de algum tipo de “proteção”.

Para que a exploração das florestas pelos diversos interesses do capital possa continuar, a ideia da “economia verde” é essencial no sentido de buscar “compensar” a destruição continuada pela “proteção” de outras áreas, inclusive aquelas manejadas de forma “sustentável”. Institui-se a comercialização de “serviços ambientais”, não só complementando a ideia do “manejo florestal sustentável”, mas aprofundando o processo de mercantilização das florestas com projetos de REDD e de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), aumentando assim as possibilidades de lucro

dos agentes de destruição.

No caso da América Latina e Caribe, a iniciativa de maior envergadura rumo à “economia verde” foi a que se efetivou na Amazônia brasileira sob a batuta do Banco Mundial, através do “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais – PPG7”. O estado do Acre é considerado a unidade federativa brasileira que mais “progrediu” na adoção do modelo proposto de “desenvolvimento sustentável”.

A arquitetura desse reordenamento territorial caracteriza-se basicamente pela instituição de um marco jurídico que institui a criação de “unidades de conservação”, cujo domínio formal pode ser de caráter comunal, comunitário e/ou governamental, todavia, subordinadas a regulamentações de uso para garantir a mercantilização da natureza em benefício de capitais privados.

O estado do Acre

O estado do Acre está localizado na Amazônia brasileira e possui uma extensão territorial de 16,5 milhões de hectares, com aproximadamente 88% de seu território cobertos por florestas nativas, das quais cerca de 50% encontram-se em áreas naturais protegidas.

O Acre ficou conhecido mundialmente após o assassinato, em 1988, de Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Nas lutas de resistência contra a destruição de seu meio de vida, os territórios florestais, o movimento camponês liderado por Chico Mendes se notabilizou por mostrar que a conservação das florestas não pode ser dissociada dos povos que nela vivem. A proposta das Reservas Extrativistas (RESEX) traduziu de forma mais acabada essa interação entre sociedade e natureza.

Em razão de ser a “terra de Chico Mendes”, o Acre despertou atenções do ambientalismo internacional desde então e tem sido divulgado mundialmente como aquele que mais avançou na Amazônia no sentido de implementar um “modelo de desenvolvimento sustentável”, agora denominado pela ONU como “economia verde”. Os financiamentos que o governo estadual recebe há mais de uma década do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como de grandes ONGs conservacionistas internacionais, como WWF, são orientados para fomentar esse “modelo”. O poder executivo estadual é governado desde 1999 por uma ampla coalizão de forças, liderada pelo Partido dos Trabalhadores e envolvendo desde os partidos considerados de esquerda até os de extrema direita. Nesse período, foram tomadas diversas iniciativas no sentido de adaptar o estado aos cânones da “economia verde”, por exemplo, ao realizar o Zoneamento Ecológico Econômico, para fins de “ordenamento sustentável” do uso do território. Se por um lado o Zoneamento, realizado de forma participativa e construído de baixo para cima, pode significar um avanço para restringir práticas destrutivas e atender às demandas do povo, no caso de Acre, o Zoneamento tem sido, sobretudo, uma ferramenta a mais para avançar na proposta de mercantilização da floresta.

Ressalta-se que a implementação considerada “exitosa” pelas autoridades, dos planos de MFS e da “economia verde” em geral, não conseguiu evitar que:

- hoje, o Acre seja um dos estados mais empobrecidos do Brasil, com a maior desigualdade da região Norte (Índice de Gini = 0,61) e a segunda maior do Brasil entre os estados brasileiros; povos indígenas sofrem de falta de políticas públicas e continuam a luta pela demarcação de parte dos seus territórios.

- uma das atividades produtivas predominantes continue sendo a pecuária extensiva de corte, uma notória destruidora das florestas. Na última década, o rebanho saltou de 800 mil cabeças para 2,5 milhões de cabeças;

- outra atividade que continua predominando é a exploração madeireira. Em 2010, foram extraídos 756 mil m³ de madeira em tora, a maior parte por empresas e grandes proprietários rurais. Nos últimos dez anos, a área total desmatada no Acre aumentou 730.000 hectares, dos quais 62% foram convertidos no período de 2000 a 2005, superando assim a média das três décadas anteriores à implementação da “economia verde”, de aproximadamente 500.000 hectares;

- para amenizar essa destruição oculta, pague-se hoje famílias por “prestar serviços ambientais”, com valores bastante inferiores aos lucros obtidos por aqueles que controlam atualmente as florestas, seja para exploração da madeira, seja para comercializar os “serviços ambientais”. Com a Lei Estadual 2.308/2010, criou-se o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Essa lei é considerada uma das mais “avançadas” no mundo no sentido de implementação das bases legais da “economia verde”. Segundo a Agência Notícias do Acre, essa lei do “SISA” permite “que o Acre participe do mercado internacional de carbono e de outros serviços ambientais, como o da biodiversidade e da água” e que “as políticas de redução de desmatamento sejam a grande propaganda do carbono acreano”.

Vale ressaltar que o MFS carece de comprovação científica a respeito da regeneração florestal, do comportamento dos diferentes ecossistemas frente à exploração que envolve aberturas de trilhas e estradas vicinais para circulação de máquinas e caminhões pesados, desvio de cursos d'água, contaminação dos solos e rios com óleo queimado e outros resíduos tóxicos, ruídos das máquinas e afugentamento dos pássaros e animais silvestres etc. Soma-se a isso uma ausência de fiscalização dos Planos de MFS por parte das instituições governamentais, seja em razão de seu deliberado sucateamento, resultante de políticas neoliberais ou pela persistência da “parceria público-privada” que caracteriza a formação do Estado nacional no Brasil.

No que diz respeito às políticas de PSA, os seus efeitos perversos começam a ser sentidos nos territórios florestais, como bem ilustra essa fala de Dercy Teles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri:

“ (...) as políticas de PSA só vem a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez e sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é, no mínimo, trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos pra que o governo e as multinacionais pesquisem e se usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada.(..)”

O governo do Acre fechou, em 2010, um acordo no âmbito do REDD com os governos estaduais da Califórnia (EUA) e de Chiapas (México), com a intenção que as indústrias poluidoras de Califórnia pudessem continuar poluindo e comprando créditos de carbono de atividades REDD no Acre e Chiapas. No entanto, o incremento da destruição das florestas e da biodiversidade via os planos de MFS e a elevação da concentração da propriedade da terra e expansão da pecuária extensiva de corte denunciam o engodo da “economia verde” no Acre. Somam-se a isso novos planos destruidores por parte do governo do estado para a exploração de gás e petróleo.

Além disso, a comercialização de “carbono” e outros serviços ambientais expressa uma ameaça frontal à autonomia, à liberdade e ao controle dos “povos da floresta” sobre seus territórios e florestas, ameaçando a diversidade da natureza e as comunidades que sempre souberam viver de forma integrada e harmoniosa.

Baseado no artigo de Elder Andrade de Paula, chamado “A dupla face da destruição das florestas tropicais na América Latina e Caribe: as revelações da ‘economia verde’ no Acre”, disponível em:

http://wrm.org.uy/paises/Brasil/A_dupla_face_da_destruicao_das_florestas_tropicais.pdf

Início

- São Tomé e Príncipe: biodiversidade ameaçada pelas plantações de dendê



São Tomé e Príncipe é um dos países da costa oeste africana que se destaca quando o assunto é biodiversidade. Por esta razão, desde o final do século XIX, esses “belas ilhas equatoriais” têm atraído grande interesse de pesquisadores internacionais. Suas florestas foram classificadas como uma das 200 áreas mais importantes do mundo em termos de biodiversidade, e são o habitat de cerca de 25 espécies de aves endêmicas.

O biólogo português João Pedro Pio esteve no sudoeste de São Tomé em julho de 2012. A intenção era encontrar aves e outras espécies raras em risco de extinção, como é o caso do Íbis, que está no topo da lista como uma das aves endêmicas seriamente ameaçadas.

O blog *Apenas a minha história*, onde João Pedro relata suas experiências ao longo de um ano, como estrangeiro e pesquisador em São Tomé, descreve a cena de devastação que encontrou na área:

“Bem, quando o transecto começou, numa zona que anteriormente seria floresta cerrada, agora era um descampado enlameado. Já não haviam árvores nenhuma! Foram todas cortadas indiscriminadamente (...) Com a exceção de um ou outro Viru-vermelho que permanecia comicamente sozinho no meio de toda aquela destruição,

não havia uma única árvore de pé”.

“Ao longe uma escavadora fazia o seu trabalho implacavelmente enquanto toda a paisagem parecia chorar a destruição causada”.

Ribeira Peixe, também chamada Emolve (em função da empresa de óleo vegetal), era um grande plantação semi-abandonada de óleo de dendê, uma monocultura que sempre representou um risco para a biodiversidade da ilha. Agora, o risco é agravado por planos para reabilitar e expandir a plantação, dos atuais 610 hectares para cerca de 5.000, fato confirmado em 2009, quando o Estado são-tomense assinou um acordo com a empresa belga Socfinco para a exploração de óleo de dendê.

Segundo o pesquisador, “o governo decidiu que seria mais proveitoso para o país trocar toda a sua biodiversidade única no mundo por umas quantas toneladas de óleo”.

O governo de São Tomé e Príncipe assinou um contrato com a Agripalma, subsidiária da Socfinco, concedendo-lhe 5.000 hectares. Em outras palavras, terra suficiente para que o negócio de venda de óleo de palma seja rentável.

O ex-coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Ricardo Carerre, no relatório intitulado “Oil palm in Africa: Past, present and future scenarios” (Dendê na África: cenários passados, presentes e futuros.) (http://wrm.org.uy/countries/Africa/Oil_Palm_in_Africa_map.html) explica os processos que levaram à negociação de 50 a 75 milhões de dólares em troca de riquezas inestimáveis.

Essas plantações de dendê degradam de forma agressiva o meio ambiente, absorvendo os nutrientes do solo e deixando-o extremamente pobre até que, em menos de duas décadas, a terra se torne totalmente estéril, servindo apenas para crescimento de arbustos – combustível perfeito para incêndios. Além disso, as fábricas que surgem para processar esse óleo geralmente produzem uma grande quantidade de resíduos contaminantes, representados por cascas, água e resíduos de gordura e, sendo presumivelmente uma monocultura, o dendê precisará de uma grande quantidade de herbicidas, fertilizantes e pesticidas.

Diz o ditado que se deve “aprender com os erros dos outros”, e o benefício da história é que podemos aprender a não repetir um erro. Na Indonésia e na Malásia, por exemplo, florestas inteiras desapareceram com as operações de óleo de dendê. Cerca de dois milhões de hectares de floresta são destruídos anualmente e a exploração em questão só parece beneficiar grandes operações agrícolas e governos corruptos.

Resumo do artigo “São Tomé & Príncipe: Deforestation Threatens Biodiversity”, de Mário Lopes, enviado pelo autor. O artigo completo pode ser lido em <http://globalvoicesonline.org/2012/10/13/sao-tome-principe-deforestation-threatens-biodiversity/>

- Retirada industrial de madeira não pode ser sustentável



Barbara Zimmerman, do *International Conservation Fund for Canada* e Cyril Kormos, vice-presidente para políticas da Fundação WILD, são os autores de um novo estudo publicado na revista *Bioscience*, que afirma que a ecologia de madeiras tropicais torna não só impraticável, mas completamente não lucrativa, a retirada de madeira com chamadas práticas realmente sustentáveis.

Jeremy Hance entrevistou os pesquisadores para a página formongabay.com: “Apesar de décadas de tentativas de retirar madeira de forma sustentável, o índice de desmatamento caiu de 15 para 13 milhões de hectares por ano nos últimos 20 anos – e essas são estimativas baixas. A retirada industrial de madeira não demonstrou ter capacidade de manter as florestas em pé. Pelo contrário, geralmente é o primeiro passo rumo ao corte total para abrir caminho à utilização agrícola”, disseram os pesquisadores.

O estudo constatou que apenas três ciclos de retirada de madeira em florestas tropicais resultaram na quase extinção das árvores-alvo em todas as principais zonas de floresta tropical – Américas Central e do Sul, África Central e Sudeste da Ásia – resultando não apenas na perturbação ecológica, mas em consequências econômicas.

A rica biodiversidade, a variedade inigualável e as interconexões extremamente complexas entre as espécies das florestas tropicais as tornam particularmente susceptíveis a perturbações. Visando apenas a algumas espécies de árvores fundamentais na floresta, os madeireiros as saqueiam rapidamente, deixando o resto em pé, alterando a estrutura geral do ecossistema em pouco tempo.

“Praticamente todas as espécies de madeira de alto valor hoje em dia têm vida excepcionalmente longa e crescimento lento, ocorrem em baixa densidade quando adultas, sofrem altas taxas de mortalidade de sementes e mudas, sustentam uma regeneração muito escassa em nível de parcela e dependem da diversidade animal para se reproduzir. Tudo isso aponta para a conclusão de que as árvores tropicais provavelmente precisam de grandes áreas contínuas de floresta ecologicamente intacta para manter tamanhos populacionais viáveis”, escrevem Zimmerman e Kormos em seu artigo.

A maioria das empresas madeireiras simplesmente entra em uma floresta primária, corta todas as espécies de alto valor e a deixa para colonizadores, ou corta tudo para criar pastagens ou plantações monocultoras (como para papel e celulose, borracha ou dendê). As empresas madeireiras geralmente cortam e vão embora, passando de uma floresta tropical intocada para a seguinte, sempre em busca do ganho de curto prazo. Por exemplo, depois de retirar madeira da maioria das florestas em Bornéu, os madeireiros foram para lugares como Sumatra. Agora que Sumatra foi devastada – com muitas de suas florestas transformadas em plantações monocultoras – a exploração industrial da madeira foi para a Nova Guiné e as Ilhas Salomão. A floresta

tropical primária está desaparecendo em todo o mundo.

“A exploração de madeira nos trópicos segue o mesmo modelo econômico que se vê na maioria das indústrias de pesca oceânica do mundo”, escrevem Zimmerman e Kormos. “As espécies mais valiosas são colhidas inicialmente de forma seletiva, e quando se esgotam, a ‘seguinte mais valiosa’ é retirada, até que a madeira das florestas seja extraída completamente.”

Alguns cientistas argumentam que a solução para este problema é inserir práticas de “manejo florestal sustentável” nas empresas madeireiras dos trópicos. De acordo com esses defensores da sustentabilidade, isso permitiria assegurar colheitas no longo prazo, ao mesmo tempo em que se protegeria a saúde da floresta em geral.

Porém, segundo o artigo de Kormos e Zimmerman, mesmo a chamada exploração madeireira de impacto reduzido – que atualmente é exceção e não a regra nos trópicos – modifica consideravelmente a ecologia da floresta. Com muitas das sementes e culturas de árvores vitais da floresta cortadas, os autores dizem que a exploração “de baixo impacto” deixa 20% a 50% da cobertura aberta, quando “mesmo pequenas aberturas (5-10%) podem ter impactos significativos sobre o teor de umidade na floresta e aumentar o risco de incêndios.” Os detritos deixados no chão da floresta secam rapidamente, criando a forragem perfeita para o fogo. Ao contrário das florestas temperadas, incêndios em florestas tropicais primárias são praticamente desconhecidos, mas a exploração de madeira de baixo impacto cria um novo conjunto de condições ecológicas que deixam a floresta vulnerável ao calor, ao vento, e – sim – ao fogo.

Ainda assim, dizem Zimmerman e Kormos, a retirada de madeira pode ocorrer em florestas tropicais, só que deve ser em pequenas operações executadas por comunidades locais, e não pela indústria madeireira que domina o setor atualmente.

“A exploração comunitária de madeira funciona quando é implementada em escalas não industriais pelas comunidades que têm interesse em ser bons gestores da terra”, dizem os autores. A questão fundamental aqui é que as comunidades locais governem suas próprias florestas, o que elimina o problema do “corte e fuga”.

Resumo do artigo “Experts: sustainable logging in rainforests impossible”, Jeremy Hance, mongabay.com, publicado em <http://news.mongabay.com/2012/0718-hance-sustainable-logging.html>

Início

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Camarões: grandes impactos do agronegócio de dendê sobre a soberania alimentar e os meios de subsistência

Em um contexto de enormes concessões de terra no país, nos últimos cinco anos –

seja por ampliação das plantações existentes ou por novas concessões de terras para dendê ou borracha – a norte-americana Herakles Farms, através de sua subsidiária local, a SG Sustainable Oils Cameroon PLC (SGSOC), planeja estabelecer uma grande plantação industrial de dendezeiros e uma refinaria de óleo de dendê. Ambos os projetos seriam estabelecidos em uma área coberta pela floresta tropical e cercada por dois parques nacionais, uma reserva florestal e um santuário de vida selvagem.

Em 17 de setembro de 2009, a SGSOC assinou um contrato com o governo camaronês, que concedeu à empresa os direitos a 73.086 hectares de terra nas divisões Ndian e Kupe-Manenguba, no sudoeste de Camarões, em um contrato de arrendamento válido por 99 anos. Em grande parte, a região sudoeste já está coberta por plantações de dendê, e as estradas e as casas, rodeadas por dendezeiros.

Em 2012, o Centre for Environment and Development (CED) e a Réseau de Lutte contre la Faim (RELUF) realizaram uma pesquisa (1) sobre o negócio da Herakles/SGSOC e descobriram que o projeto é benéfico demais para a empresa: o contrato a isenta de todos os tributos de exportação e de alguns pagamentos relacionados à seguridade social durante os 99 anos do projeto, bem como de todos os impostos por um período de 10 anos, a começar quando a produção atingir 10 toneladas de cachos de dendê em pelo menos 3.000 hectares – o que faz com que a SGSOC pague um arrendamento anual de não mais do que US\$ 0.50 a US\$ 1.00 por hectare.

O projeto da Herakles afirma que só pretende utilizar terras “degradadas” e “florestas secundárias”, mas a empresa já abriu uma estrada dentro da floresta – uma estrada de 3 quilômetros perto de Talangaye, limpando a floresta tropical para criar a sua plantação, sem qualquer autorização do Ministério das Florestas, em uma área de reserva: o Parque Nacional Bakossik. Como consequência, a SGSC foi convocada e seu equipamento, apreendido.

O Instituto Oakland também produziu um relatório (2) e um vídeo (3) revelando os impactos que já estão sendo sentidos por muitos pequenos agricultores cujas terras podem ser apropriadas pelo projeto, em um país onde a produção agrícola emprega 70% da população. Nas aldeias que estão dentro da concessão [região sudoeste], os agricultores se opõem ao projeto da Herakles Farms principalmente porque muitas dessas famílias em breve ficarão sem terra para cultivar, se a empresa puder seguir adiante com os seus planos.

Embora a autorização concedida não conceda à empresa o direito de iniciar as operações, a SGSOC funciona como se já pudesse, e começou a fazer demarcações para sua plantação sem o conhecimento ou aprovação dos proprietários tradicionais da terra. Os agricultores dizem: “Eles entraram na floresta sem conhecimento da aldeia ... e demarcaram a área”. “Nós queremos que eles vão embora e nos deixem em paz”. “Nós não precisamos deles, estamos bem”. “Vamos lutar e morrer pela nossa terra”.

A empresa criou viveiros em três locais, e agora alguns moradores se arrependem: “Eu tenho que dizer que a gente cometeu um grande erro quando deixou a empresa criar o seu viveiro na nossa aldeia. Mas a empresa nos disse que, se nós déssemos terra para o viveiro, ela iria construir casas para nós, trazer luz e água, construir um

hospital. Mas desde então, não foi feito nada dentro da aldeia”, diz um dos pequenos agricultores.

Um dos principais argumentos da SGSOC por trás de alegações de que vai trazer desenvolvimento econômico para a área é de que vai criar 7.500 novos postos de trabalho durante o período de duração do projeto. Porém, quando manejam sua própria terra e plantam culturas diferentes que são vendidas em feiras locais, os agricultores independentes têm potencial para fazer quatro vezes do que conseguem trabalhando para uma agroindústria. A maioria dos pequenos agricultores planta culturas diversas – milho, cacau, mandioca, noz-de-cola, manga africana, feijão, arroz, frutas e até mesmo dendê, individualmente ou em cooperativas. Caça, pesca e coleta de produtos florestais, incluindo alimentos silvestres e plantas medicinais, bem como lenha, são atividades comuns na área. Na verdade, o Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) realizado reconheceu que a utilização maciça de produtos químicos normalmente usados em uma plantação desse porte constitui uma grande ameaça às fontes de água da região e à população de peixes, bem como ao fornecimento de água potável. O EIAS indica que o impacto negativo da plantação industrial de dendê sobre os meios de subsistência será “grande” e “de longo prazo”.

“Todo mundo aqui trabalha por conta própria. Temos as plantações de cacau,” “Nós não precisamos de dendê – as pessoas já têm seus próprios dendezeiros suficientes”, expressam muitos entrevistados no vídeo. A agrobiodiversidade lhes permite construir sua própria soberania alimentar: “Temos de tudo na nossa aldeia: mandioca, plantação de cacau, óleo de dendê, noz moscada, manga africana que vendemos; noz-de-cola, bita cola. Nós não temos uma coisa só na nossa terra, temos muitas coisas que nos dão dinheiro, então não precisamos que as pessoas venham nos perturbar. ... Não estamos sofrendo, então, por que vocês [SGSOC] dizem que estamos com fome? Nós não precisamos de vocês [SGSOC]”.

O caso da Herakles/SGSOC em Camarões faz parte do amplo processo de concentração de terras por parte de investidores que, em pouco menos de um ano, tomaram cerca de 56 milhões de hectares de terra, 29 milhões dos quais estão localizados no continente Africano, ao sul do Saara. Os relatórios e o vídeo da CED e do Instituto Oakland ilustram os problemas a que comunidades, o meio ambiente e todo o país estão expostos quando são desenvolvidas grandes plantações agroindustriais.

Como diz o presidente da Nature Cameroon: “Temos razões para nos preocupar: qual vai ser o meio de sustento das pessoas ... se tivermos que dar 70.000 hectares de terra a um único indivíduo, como uma empresa? Que terra sobra para as comunidades? “

Artigo baseado nos seguintes relatórios: “Herakles' 13th labour? A study of SGSOC's land concession in South-West Cameroon”, Samuel Nguiffo and Brendan Schwartz, Centre pour l'Environnement et le Développement (CED): <http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/02/herakles-13th-labour-english.pdf> ; (2) “Understanding land investment deals in Africa massive deforestation portrayed as sustainable development: the deceit of Herakles Farms in Cameroon land deal brief”, setembro de 2012, The Oakland Institute: <http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/>

Land deal brief herakles.pdf; (3) The Herakles Debacle, vídeo produzido pelo Oakland Institute, http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=EgrFvayJhE0#!

Início

- Indonésia: agricultores lutam contra plantações industriais de dendê e acácia, em defesa de sua terra e sua soberania alimentar

A luta no Distrito de Geragai

Até 2011, 18 empresas tinham licenças sobre áreas de floresta, em um total de 663.809 hectares distribuídos em oito regências na província de Jambi, em Sumatra. Quase 50% – 293.812 hectares – são controlados por uma grande corporação, a PT WiraKaryaSakti (PT WKS), subsidiária do Grupo Sinar Mas. A concessão de terra da PT WKS é dividida em 5 regências: Tebo, Batanghari, Muaro Jambi, Tanjung Jabung Barat e Tanjung Jabung Timur.

Em Geragai, um dos distritos da regência de Tanjung Jabung Oriental, a PT WKS recebeu 2.467 hectares sob licença em 2004, após o Ministério das Florestas identificar a área como terra de cultivo – geralmente chamada de Áreas para Outros Usos, uma categoria que se refere a uma área não florestal transformada em área de Produção Florestal.

A área licenciada é adjacente a um manguezal protegido ao norte da aldeia de Pandang Sejahtera. A PT WKS não estabeleceu qualquer plantação de árvores na área por causa do difícil acesso ao local. Sendo assim, em 2007, comunidades de várias aldeias assumiram o controle sobre a terra não usada e trabalharam nela. Eles plantaram várias culturas, como banana, mandioca, abóbora e legumes, e trabalharam em conjunto para construir uma estrada e canais de drenagem, a fim de facilitar o acesso ao local.

Em 2010, a PT WKS alegou que a terra cultivada pela comunidade estava concedida a ela e começou a plantar acácia, sem respeitar a presença das comunidades, que usam e trabalham na terra desde muito antes de a empresa chegar. Para conseguir controlar a terra, a empresa fechou a estrada de acesso e os canais construídos pelas comunidades, destruiu suas culturas e expulsou as famílias que faziam agricultura comunitária.

Até agora, dos 2.467 hectares sob concessão, a PT WKS plantou 1.000 hectares de acácia. O resto ainda é mantido pelas comunidades que fizeram vários esforços para impedir que a terra fosse tomada pela empresa, por exemplo, protestando contra a Sinar Mas Forestry, enviando de uma carta à PT WKS, fazendo manifestações, realizando bloqueios, expulsando os funcionários da empresa do local e desmontando seus alojamentos, bem como desenvolvendo um processo de diálogo com a empresa, que é facilitado pelo governo da regência de Tanjung Jabung Oriental.

A luta na regência de Batanghari

Outro caso de resistência na Província de Jambi ocorre na regência de Batanghari. Atravessada pelo rio Batanghari e desfrutando de um clima subtropical, a região tem abundância de riquezas naturais e a terra é muito adequada para a agricultura local de alimentos, ou seja, de arroz.

No final de 2011, o regente de Batanghari destacou seu “Programa de Autossuficiência Alimentar,” que implicava abrir uma área de plantação de arroz, fornecer fertilizantes e sementes de graça, bem como doar equipamentos agrícolas e maquinário a todos os grupos que cultivassem alimentos.

No entanto, em meados de 2012, o regente emitiu uma licença para a PT Inti Citra Agung (PT ICA) estabelecer uma plantação de dendê em uma área de concessão de 7.800 hectares. A área se espalha por nove aldeias do distrito de Mersam, a saber, a aldeias de Sungai Puar, Kecil Sengkati, Gedang Sengkati, Melintang Teluk, Tanjung Kembang, Mersam, Masam Rambutan, Sungai Lais e Rendah Benteng.

Mersam é um distrito produtor de arroz, e a maioria dos habitantes dessas nove aldeias é de produtores de alimentos. Os plantadores de arroz da aldeia de Mersam acham que, caso se permitisse à PT ICA estabelecer uma plantação de dendê em sua aldeia, o impacto sobre essa área provedora de água e comida seria catastrófico.

A área de floresta também fornece ratã para a comunidade, com o qual se fabricam vários tipos de ferramentas para as atividades diárias. “Se o governo quer Autossuficiência Alimentar sob a forma de arroz, tem de revogar a licença da PT ICA”, disseram membros da própria comunidade da aldeia de Mersam que rejeitam o projeto de dendê da empresa. Eles temem que cerca de 1.000 hectares de campos de arroz sejam danificados e perdidos se for estabelecida uma plantação de dendê em sua aldeia.

A comunidade da aldeia de Mersam também estava ciente dos conflitos de terra causados pela empresa de plantação de dendê em outras aldeias: “Basta olhar para a aldeia de Paseban. Desde que a plantação de dendê foi estabelecida, a terra está seca, de modo que os agricultores têm de comprar arroz para comer. As plantações industriais de dendê, na verdade, resultam em conflito”, declara Suhaimi, o líder do grupo de agricultores de Sungai Lais, da aldeia de Mersam. “Por isso, é melhor nós defendermos a nossa terra ... e não deixarmos que a empresa se aproprie dela!”, concluiu.

A rejeição da comunidade de agricultores de Mersam é apoiada pelo representante parlamentar da regência de Batanghari, bem como por várias organizações não governamentais, como Yayasan Setara Jambi, Yayasan CAPPA-Justiça Ecológica, Perkumpulan Hijaudan Aliansi Gerakan Reforma Agrária (AGRA). “A concessão de uma licença pela regência de Batanghari à PT ICA é uma conspiração que irá prejudicar os plantadores de alimentos. Por que o regente não ouve a sociedade? O arroz é a comida local, que cresce e se desenvolve em harmonia com a vida agrária dos camponeses. Os agricultores locais não comem dendê. A revogação da licença da PT ICA, que irá danificar a terra de onde os agricultores tiram o alimento, é uma decisão final que deve ser tomada pelo Regente”, disse Nurbaya Zulkhakim, ativista da Yayasan

Setara, que tem atuado auxiliando os plantadores de alimentos de Mersam.

Juntamente com várias organizações não governamentais, a sociedade dos agricultores de Mersam continuará lutando para defender suas plantações de alimentos, mantendo sua soberania sobre os alimentos locais e rejeitando a expansão da plantação de dendê em sua aldeia. A comemoração do Dia Mundial da Alimentação deve ser um impulso para apoiar os agricultores locais, a comunidade da aldeia e as comunidades de base que lutam firmemente por seus direitos à terra, à soberania da terra e contra a imposição da indústria global da monocultura.

Rivani Noor, CAPPA, rivani@cappa.or.id

Início

- Portugal: abaixo-assinado contra a “eucaliptização” do território

Em 21 de setembro, comemorando o Dia Internacional contra as Monoculturas de árvores, as organizações ambientalistas portuguesas Liga para Protecção da Natureza e Quercus lançaram um abaixo-assinado contra a recente proposta de um novo regime de arborizações e re-arborizações, apresentada pelo governo.

Como se argumenta no abaixo-assinado, parte dos problemas que enfrentam as florestas em Portugal – em sua maioria, pequenas propriedades de natureza privada – está na expansão das plantações de eucalipto, sendo uma espécie exótica e a principal espécie de árvore utilizada em regime de monocultura, destinada principalmente à produção de celulose.

As monoculturas de eucalipto afetaram o ecossistema florestal tanto pela destruição da vegetação natural quanto pela erosão que causaram, em função das profundas mudanças do solo e do regime hídrico.

De acordo com o Inventário Florestal Nacional, em 2005-2006, a superfície coberta por plantações de eucalipto no país era de 740.000 hectares, e agora aumentou de maneira desordenada sem que se tenham promovido medidas de ordenamento que minimizem a perda de biodiversidade nem medidas eficazes para contenção de incêndios.

Por outro lado, se produzem situações onde os incêndios, a baixa produtividade das plantações em zonas montanhosas e outras razões conjunturais levaram os proprietários a abandonar as plantações de eucalipto, aumentando assim o risco de incêndio. A degradação adquire um caráter permanente pelas características do eucalipto e pelas dificuldades de financiar a conversão de áreas abandonadas nas propriedades rurais.

A proposta de revisão do Código Florestal apresentada pelo governo pretende apenas alterar e revogar a regulamentação de arborizações, permitindo que não existam condicionantes ao estabelecimento de plantações de eucalipto. Os

favorecidos são a indústria de celulose e seus fornecedores de eucalipto, em detrimento do interesse público.

As organizações apelam à sociedade portuguesa para que assine o abaixo-assinado “Contra a eucaliptização – proposta de revisão da legislação das arborizações”, o que pode ser feito nas páginas http://www.peticaopublica.com/?pi=PCE2012_e e <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=567&articleID=3938>

Início

POVOS EM AÇÃO

- Indonésia: agricultores protestam contra a expulsão causada por uma conversão de dívida por natureza (DNS)

No dia 16 de outubro, cerca de 40 agricultores de uma organização-membro da Via Campesina (Serikat Petani Indonesia) da província de Jambi protestaram, em frente à embaixada alemã, contra os impactos negativos de uma conversão de dívida por natureza (Debt Nature Swap, DNS), assinada em 2007 entre o governo da Alemanha e as autoridades da Indonésia. Na prática, o acordo, que tinha por objetivo proteger as florestas tropicais em Sumatra, levou a expulsão, queima de casas e prisão de agricultores que há muito tempo viviam na área.

Fonte: <http://www.metrojambi.com/v1/metro/11013-puluhan-petani-merangin-demo-kedutaan-jerman.html>

Início

- Brasil: apoie a causa indígena

As organizações “Juizes para a democracia” e CIMI organizam no Brasil um abaixo assinado a diversas autoridades brasileiras para exigir:

- em caráter de urgência a demarcação de terras indígenas no país, lembrando que há uma série de situações de calamidade no país, sendo que a mais grave talvez seja a dos Guaranis-Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Os Guaranis-Kaiowá que vivem no território Pyleito Kue/Mbarakay anunciaram em carta que preferem morrer coletivamente ao sair do seu território em função de uma ordem de despejo e ameaças, e pedem ao Governo e Justiça brasileira revogar a ordem de despejo e demarcar os territórios (apoia sua ação, em português, pelo site:

http://www.avaaz.org/po/petition/Salvemos_os_indios_GuaraniKaiowa_URGENTE/?tPbAKab);

- protestar contra a lentidão de processos no Supremo Tribunal Federal que tratam da

regularização fundiária de terras indígenas o que tem levado hoje a situações gravíssimas para as comunidades indígenas;

- contra uma proposta de emenda na Constituição (PEC 215) que pretende transferir do Executivo para o Legislativo a atribuição para decidir sobre a demarcação das terras indígenas no país.

Apoia essa ação em defesa da causa indígena e assina a carta, disponível em português, inglês, francês, espanhol ou italiano em http://www.causaindigena.org/causaindigena_english.php

Início

- Indonésia: vitória jurídica contra empresa de dendê

O Tribunal Superior administrativo de Medan decidiu em favor da organização WALHI, cancelando decisões administrativas que levaram à emissão da licença para a plantação de dendê da empresa PT Kalista Alam em uma área de cerca de 1.605 hectares, na floresta de turfa de Tripa Rawa, no distrito de Nagan Raya, em Aceh.

O diretor executivo nacional da WALHI, Abetnego Tarigan, acrescentou: “A decisão do PTTUN (tribunal) de Medan é jurisprudência para a aplicação da lei e para os esforços ambientais de preservação na Indonésia, que quase nunca assumem o lado do meio-ambiente e das pessoas.”

Ver: <http://www.ejolt.org/2012/09/victory-in-lawsuit-appeal-on-rawa-tripa-a-jurisprudence-for-environmental-law-enforcement-in-indonesia/>

Início

- Birmânia/Mianmar: carta de solidariedade global contra a concentração de terras

A “Second Commercial Farm Ásia”, uma feira que reúne investidores corporativos e governos de Mianmar e outros países do Sudeste Asiático, ocorreu em Yangon, Mianmar, em 11 e 12 de Outubro, para discutir como os investimentos extrativos industriais e agrícolas podem ser ampliados e facilitados.

Em resposta, grupos de agricultores e organizações ambientais, de justiça social e pacifistas de todo o país se reuniram na véspera da feira do agronegócio para chamar a atenção ao aumento da destruição que esses investimentos causarão. A agricultura industrial e a extração de recursos em larga escala já resultaram na privação de comunidades locais e produtores de alimentos, e em violações dos direitos de trabalhadores, agricultores, pescadores e comunidades indígenas. A feira do agronegócio irá aprofundar esses problemas ao oferecer aos investidores formas ainda mais legalizadas de concentrar terra e recursos naturais.

Vieram agricultores, trabalhadores e militantes de áreas em todo o país que foram especialmente visadas nos últimos anos para investimentos agrícolas e de infraestrutura em grande escala, resultando na expropriação direta de terras. Eles compartilharam informações, experiências e conhecimentos, e discutiram como apoiar as comunidades locais para que defendam suas terras e recursos.

Uma carta internacional de solidariedade que reuniu um amplo apoio foi lida e compartilhada com redes e ativistas de outras partes do país, que estão lutando para defender suas terras, seus recursos naturais e seus direitos.

A carta pode ser lida em <http://farmlandgrab.org/post/view/21128>

[Início](#)

RECOMENDADOS

- Brasil: vídeo-documentário de denúncia sobre FSC: Sustentável no Papel

Está disponível na internet um documentário, lançado na Bélgica em 2011 e realizado pelos jornalistas An-Katrien Lecluyse e Leopold Broers, que faz uma denúncia abrangente da certificação pelo FSC de uma das principais empresas de eucalipto e celulose do Brasil, a Veracel Celulose, propriedade da Fibria e da transnacional Sueco-Finlandesa Stora Enso.

O documentário, por um lado, mostra que o selo FSC não garante um “manejo sustentável”, enganando os consumidores dos produtos que o exibem. Por outro lado, mostra que a insustentabilidade da monocultura de eucalipto, certificada pelo FSC, está diretamente ligada a um consumo excessivo de papel nos países do Norte.

Assista em português <http://www.youtube.com/watch?v=r-gH40WLL2Y&feature=youtu.be>, em inglês <http://vimeo.com/50781178>, em francês <https://vimeo.com/33334675>

[Início](#)

- Moção sobre sítios naturais sagrados

A IUCN aprovou uma moção sobre sítios naturais sagrados: “Apoio a protocolos de custódia e leis consuetudinárias diante de ameaças e desafios globais”. A declaração inicial foi elaborada em conjunto pela Fundação Gaia (<http://www.gaiafoundation.org/>) com contribuições da Rede de Biodiversidade Africana (<http://www.africanbiodiversity.org/>) e a Declaração sobre leis consuetudinárias comuns africanas para a proteção de sítios naturais sagrados, elaborada pelos depositários de sítios naturais sagrados “de Quênia, Etiópia, África do Sul e Uganda; Christopher McLeod, do Sacred Lands Film Project (<http://www.sacredland.org/>), Rob Wild e Bas

Verschuuren, da Sacred Natural Sites Initiative (<http://sacrednaturalsites.org/>), Gleb Raygorodetsky, da Universidade das Nações Unidas, com o apoio de uma rede de aliados. O texto da moção está disponível aqui: <http://sacredland.org/media/Motion-054-2012-final.pdf>

Início
